



Terminal de contentores de Alcântara | Com uma capacidade actual de 300 mil TEU, passa em 2013 para um milhão.

PORTOS

Mota isenta de taxas na nova zona do terminal de Alcântara

Concessionária não vai pagar pelo uso da parte que construir

Alexandra Noronha
anoronha@mediafin.pt

A concessionária Liscont, detida na sua maioria pela Mota-Engil, está isenta do pagamento de taxas de utilização portuária, normalmente devidas ao Estado pelo uso dos seus domínios, relativas à zona nova que irá construir e remodelar no terminal de contentores de Alcântara.

A empresa, que ontem deu uma conferência de imprensa por causa da polémica que se gerou em torno do alargamento do terminal e do prazo de concessão, confirmou que nas zonas novas – excluindo, portanto, a concessão actual – a empresa não terá que pagar taxas fixas à Administração do Porto de Lisboa (APL) até atingir movimentos de 24 milhões de TEU (unidade de medi-

da dos contentores equivalente a vinte pés), o que, provavelmente só irá acontecer em 2042, no final da concessão. A Liscont continuará a pagar na actual área que já concessionária. Além disso, a empresa tem ainda isenção, segundo o decreto-lei 188/2008 nas taxas variáveis (cobradas de acordo com o número de movimentos) desde que sejam acima de 400 mil TEU.

Refira-se que com a expansão, o Terminal de Alcântara terá capacidade para movimentar até um milhão de TEU, face aos 300 mil para que tem capacidade actualmente. Os responsáveis da Mota e da Liscont garantem que “não vai ser criada uma muralha de contentores” naquela zona, como tem sido dito pelo movimento que se opõe ao projecto e que integra Miguel Sousa Tava-

res e a Associação dos Concessionários da Doca de Santo Amaro.

O projecto, que implica um investimento de 227 milhões de euros tem início ainda este ano, com a demolição de vários barracões. A empreitada estará concluída em 2013, segundo as estimativas dos responsáveis, que preferiam não se pronunciar sobre uma possível investigação do Tribunal de Contas ao projecto, que não foi a concurso público.

O Estado limitou-se a prolongar a actual concessão, sendo que o concessionário, além de investir no terminal, vai ainda contribuir para a ligação ferroviária de Alcântara à linha de Cintura, através de um túnel. A parte da concessionária ascende a 36 milhões de euros, sendo que mais 26 milhões serão destinadas à APL, também para a parte ferroviária.

Obra pronta em 2013

➔ A empreitada de expansão do Terminal de Alcântara deve arrancar este ano, com a demolição de uns barracões. A partir de 2010 começa a construção e alinhamento do terminal, incluindo o prolongamento do cais, concluído em 2013.

€ 227
Milhões

Investimento que a Liscont vai fazer em Alcântara.

Contestação aumenta de tom

➔ A contestação ao projecto de alargamento do terminal de contentores em Alcântara já é antiga, mas ganhou novo fôlego recentemente. Formou-se um movimento que, além de Miguel Sousa Tavares a da Associação dos Concessionários da Doca de Santo Amaro, conta com Helena Roseta e Luís Rodrigues, deputado do PSD. Os responsáveis pelo movimento conseguiram 5.800 assinaturas, as necessárias para entregar uma petição na Assembleia da República. a principal razão é o impacto paisagístico do alargamento.

TRANSPORTES

Camionistas retiram ameaça de greve depois do Governo reafirmar garantias

A Associação Nacional de Transportadores Portugueses (ANTP), que conta com 200 associados num universo de mais de nove mil profissionais do sector, “retirou” ontem a ameaça de greve que fez ao Governo, depois de ouvir Ana Paula Vitorino, secretária de Estado dos Transportes, repetir as garantias dadas pelo seu gabinete no dia anterior à Antram, associação do transporte rodoviário de mercadorias com mais de quatro mil associados.

A decisão foi anunciada por António Lóios, à saída de uma reunião

com a secretária de Estado, onde esta salientou à ANTP que iria cumprir o acordo celebrado em Junho passado, que prevê benefícios fiscais aos camionistas, segundo noticiou a agência Lusa.

As dúvidas em relação ao cumprimento do acordo de Junho surgiram depois de no Orçamento do Estado para 2009 não ter aparecido qualquer menção ao regime especial de exigibilidade do IVA e de ter sido imposto um limite de até 100 mil euros em três anos na majoração de 20% ao nível dos gastos

com combustível, limite que não existe no acordo assinado na altura da paralisação dos camionistas.

Os primeiros protestos em relação a estas alterações surgiram pela mão da Antram na semana passada, num comunicado que levou à intervenção do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, João Amaral Tomaz, assegurando que em relação ao IVA – as empresas de transporte de mercadorias só pagarem o imposto no momento da recepção e não no momento da facturação – iria ser cumprido o acordo. Quanto

à imposição do limite de 100 mil euros na majoração de 20% dos gastos com combustível, a Antram e a secretaria de Estado debateram a questão na última terça-feira, tendo ficado acordado encontrar-se uma solução em breve.

Apesar disso a ANTP exigiu, e o Governo concedeu, uma audiência com Ana Paula Vitorino, tendo ouvido as garantias que já antes da ameaça de greve haviam sido dadas aos camionistas, mas que agora serviram para a ANTP desistir do protesto. **FPC**

FIBRA ÓPTICA

Estudo aconselha PT a não investir sozinha

Filipe Paiva Cardoso
filipecardoso@mediafin.pt

Um estudo sobre a viabilidade económica dos investimentos no mercado português em redes de nova geração, da responsabilidade da WIK, empresa alemã de consultadoria em comunicações electrónicas, desaconselha a Portugal Telecom (PT) a avançar sozinha para um investimento desta natureza, já que se tal acontecer a fibra óptica ficará disponível para pouco mais de 20% dos portugueses e a concorrência será reduzida a 4% do país. O estudo foi ontem apresentado à Anacom, regulador português.

“O incumbente [Portugal Telecom] deve ter interesse em cooperar com os outros operadores, de forma a diminuir o risco do investimento e por causa da concorrência que a rede de cabo oferece em Portugal” apontou Karl-Heinz Neumann, da WIT Consulting. Este estudo, apoiado pela Apritel – Associação portuguesa dos Operadores de Telecomunicações –, concluiu também que só existirá verdadeira concorrência na fibra em Portugal caso se impeça que haja duplicação de investimentos. Ou seja, caso o grupo PT avance sozinho para uma rede, obrigando a que cada operador tenha que fazer o mesmo caso queira fibra, então a “fatia” de rentabilidade destes investimentos isolados fica reduzida a 4% da população nacional.

“A autoridade regulatória [Anacom] deve promover a eficiência dos investimentos, para que a infra-estrutura seja mais rentável e comporte menos riscos” apontou o especialista alemão em conferência de imprensa, sublinhando que “se quisermos mais concorrência, terão que dar acesso a esta rede a todos os operadores interessados”.

Já Luís Reis, líder da Apritel e administrador da Sonaecom, considerou que este estudo é mais um dado a ter em conta pelo Governo e pela Anacom no tratamento da questão da fibra, e alertou que hoje se corre o risco de “repor a situação de monopólio” nas telecomunicações ao grupo PT, caso não seja tomada qualquer decisão em prol do investimento conjunto na fibra óptica.

“”

A ausência de uma decisão acabará também por ser uma forma de manter o monopólio da PT neste tema da fibra óptica.

Luís Reis
Presidente da Apritel